



ATA Nº 06/2015

Aos 06 (seis) dias do mês de julho de 2015, às 10h, no Esporte Clube Relvado, no município de Relvado/RS, realizou-se a assembleia geral ordinária mensal da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), sob a presidência do prefeito de Dois Lajeados, senhor Valnei Cover. A mesa oficial foi formada pelo presidente Valnei Cover; prefeito de Relvado e 1º secretário, Adroaldo Da Croce; 1º vice-presidente Sidnei Eckert; 2º vice-presidente Edegar Cerbaro; 1º tesoureiro Luis Fernando Schmidt, e o diretor da CDP- Consultoria em Direito Público, advogado Gladimir Chiele. Estiveram presentes prefeitos e/ou secretários da Fazenda e Administração dos municípios de Dois Lajeados, Relvado, Lajeado, Roca Sales, Muçum, Colinas, Taquari, Westfália, Vespasiano Corrêa, Progresso, Encantado, Pouso Novo, Coqueiro Baixo, Ilópolis, Anta Gorda, Nova Bréscia, Capitão, Travesseiro, Doutor Ricardo, Santa Clara do Sul, Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Marques de Souza, Forquetinha, Estrela, Cruzeiro do Sul e Boqueirão do Leão. O presidente abriu os trabalhos saudando os presentes e em seguida passou a palavra ao anfitrião, prefeito Adroaldo Da Croce, que desejou boas vindas aos prefeitos e secretários presentes. Na continuidade foi colocada em votação a ata da assembleia anterior, realizada em Encantado, a qual foi aprovada por unanimidade. O presidente, então, passou a palavra ao palestrante, advogado Gladimir Chiele, que fez palestra sobre situação financeira e medidas de contenção de despesas que podem ser adotadas pelos municípios para enfrentamento da crise financeira. Inicialmente ele recomendou aos municípios que todas as ações sejam registradas, para comprovar as ações, a fim de evitar problemas futuros no julgamento das contas dos prefeitos. Citou exemplo de Caxias do Sul, que teve uma receita de R\$ 1,220 bilhão em 2014, receita corrente líquida de R\$ 1,109 bilhão, mas que, na realidade, o valor disponível para a prefeitura foi de apenas R\$ 689 milhões. Conforme Chiele, do ponto de vista numérico a receita não cai, mas é preciso que os municípios tenham cuidado com o déficit orçamentário e o déficit financeiro, para evitar o desequilíbrio das contas públicas. Enfatizou que não podem ficar restos a pagar para o exercício seguinte e o problema maior enfrentado pelas Administrações é no último ano do mandato. Conforme o consultor, uma diferença de 1% ou 2% no orçamento não significa desequilíbrio das contas públicas, mas é preciso evitar que isto ocorra a fim de buscar a aprovação das contas dos prefeitos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS). Ele também apresentou e discorreu sobre decreto de contenção de despesas que pode ser feito pelos municípios. Segundo ele, pode não resolver os problemas, mas vai auxiliar sob o ponto de vista financeiro e se, eventualmente, não for possível cumprir alguma meta no ano seguinte. “Temos que fazer um esforço técnico e legal para fechar as contas”, ressaltou. Ele relacionou várias providências que podem ser tomadas visando à redução de custos, como o cancelamento de festas e eventos, locomoção, de concessão de auxílios e subvenções, congelamento dos subsídios do prefeito e outras. Com relação à revisão geral dos vencimentos dos servidores, frisou que é preciso um trabalho sério nesta área – Fazendária – pois a situação tem que estar muito clara, estando bem definido qual será o impacto nas contas públicas. Em relação à adoção de turno único o primeiro alerta feito pelo consultor é de que não é possível, se a medida for adotada, o pagamento de horas extras. Se determinado setor tem que trabalhar, deve ser excluído do turno único. Para Chiele, na



área administrativa o turno único não traz qualquer mudança, possuindo apenas um efeito psicológico. Outra recomendação do advogado foi com relação a valores que porventura o município tenha a receber do Estado e da União. Se não houver um controle, recomendou que seja solicitada uma declaração para que possam ser excluídos dos restos a pagar se estiverem no orçamento. Além disso, devem ser cancelados os empenhos processados e não liquidados. Já quanto às obras em andamento, cuja execução é por etapas, sugeriu que o que não foi liquidado seja cancelado e empenhado novamente no ano seguinte. São providências, conforme Chiele, importantes para a aprovação das contas dos prefeitos. Caso contrário, os gestores terão as contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas. Por fim, ele apresentou também minuta de projeto de lei, entregue a todos os presentes, para a cobrança e parcelamento das dívidas dos contribuintes, enfatizando que não se pode apenas trabalhar na redução das despesas, mas ao mesmo tempo devem ser buscadas formas de incrementar as receitas. Encerrada a participação do consultor, foi feito levantamento sobre a adoção de turno único, já tendo adotado a medida os municípios de Boqueirão do Leão, Cruzeiro do Sul (em algumas secretarias) e Ilópolis. Outros municípios também devem adotar o turno único em breve, como Lajeado, cuja previsão é no mês de agosto. O presidente Valnei Cover, no encerramento dos trabalhos, solicitou se algum município quiser sediar a assembleia de agosto. Não houve manifestação e foi aberto prazo de uma semana para que se manifestem junto à secretaria da AMVAT. Caso contrário, a reunião será feita na segunda quinzena daquele mês, na sede da entidade, em Estrela. Por fim, ele agradeceu ao palestrante e a presença de todos os prefeitos e secretários. Nada mais havendo a tratar o presidente encerrou os trabalhos e, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Prefeito Valnei Cover,
Presidente da AMVAT**